

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM LICITAÇÃO

PROCESSO: 23034.009636/2023-20

REFERÊNCIA: Pregão Eletrônico nº 90010/2024.

OBJETO: Registro de preço nacional de mobiliários escolares, visando à prestação de assistência técnica aos sistemas de ensino de Estados, Distrito Federal e Municípios.

RECORRENTE: RGD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA – Grupos 3 e 9

RECORRIDA: CONSÓRCIO TECNO2000 / SOLUÇÃO - Grupo 3

RECORRIDA: MOVESCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES LTDA - Grupo 9

Trata-se do Recurso Administrativo interposto tempestivamente pela licitante RGD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, doravante denominada RECORRENTE, inscrita no CNPJ sob o nº 41.244.906/0001-39, por intermédio de seus representantes legais, em face de atos administrativos praticados pelo Pregoeiro do FNDE, pertinente ao julgamento de propostas e à habilitação realizados no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90010/2024, pelos motivos apresentados no bojo do recurso, que serão oportunamente relatados.

I – SÍNTESE DOS FATOS

No dia 26/08/2024, em sessão pública cuja abertura ocorrera no dia 14/06/2024, a RECORRENTE apresentou intenção de interpor recurso contra a decisão que aceitou a proposta e habilitou as RECORRIDAS dos Lotes/Grupos 3 e 9 no presente certame, tendo sido fixada a data de 29/08/2024 e 03/09/2024 como prazos finais para apresentação das razões recursais e das contrarrazões, respectivamente.

II – DAS RAZÕES RECURSAIS DA RECORRENTE

Em síntese, sustenta a RECORRENTE que o julgamento por parte do órgão contratante tomou por base o parecer técnico que dispôs de forma genérica que a empresa desatendeu ao item 7.15 do Edital quando não apresentou Certificado de Regularidade do IBAMA, especificadamente no que tange à descrição “METÁLICA”.

Assim, pugna pelo reconhecimento e provimento do recurso com reforma da decisão que declarou a desclassificação da recorrente dos Lotes/Grupos 3 e 9.

III – DAS CONTRARRAZÕES DA RECORRIDA

Em apertada síntese, sustenta a RECORRIDA em suas contrarrazões que a Recorrida – no momento da apresentação na licitação - não possuía Certificado de Regularidade do IBAMA para fabricação de mobiliário escolar, detendo apenas naquela oportunidade Certificação IBAMA código 21-48, descrição: Consumo Industrial de madeira, de lenha e de carvão vegetal – Lei nº 12.651/2012, art. 34, para consumo de madeira e carvão; produtos consumidos em caldeiras e fornos e não para fabricar produtos móveis. Ou seja, a RECORRENTE claramente não possuía no momento de sua convocação documento do IBAMA como fabricante.

IV – DAS PRELIMINARES

Preliminarmente, cumpre registrar que o pregão em epígrafe foi conduzido à luz da Nova Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 14.133/2021, estando a prática dos atos administrativos relacionados ao processo licitatório submetida aos princípios insculpidos no art. 5º da referida lei, que assim dispõe:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Toda essa principiologia que orienta a atuação administrativa tem por objetivo garantir não somente a observância do princípio constitucional da isonomia entre os licitantes e a justa competição, mas também e principalmente “a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública” (art. 11, I), sendo a licitação, portanto, o MEIO estabelecido para se obter a melhor oferta em condições isonômicas. É tendo esse objetivo como norte que, conforme veremos adiante, a jurisprudência e a doutrina mais recentes têm orientado uma atuação administrativa pautada no formalismo moderado, reconhecendo que, no âmbito das licitações, as normas editalícias não representam um fim em si mesmo, mas sim um instrumento para se atingir aquele objetivo almejado.

Isto posto, passo à análise do mérito.

V – DA ANÁLISE DO MÉRITO DO RECURSO

Com fulcro no art. 50, §1º da Lei. 9.784/1999, adoto, como razão de decidir, a análise, as informações, os argumentos e a decisão proposta pela área técnica, PARECER Nº 2103/2024/CGCOM/DIRAD, transcrita a seguir e cuja íntegra encontra-se disponível no [portal de Compras do FNDE](#):

“[...]

13. O ponto central do recurso diz respeito à exigência do Certificado de Regularidade do IBAMA, conforme disposto no item 7.15 do edital e embasado pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981. Esta legislação obriga empresas que realizam atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais a se registrarem no Cadastro Técnico Federal e a obterem o Certificado de Regularidade.

14. No momento da licitação, a RGD não possuía o certificado adequado para fabricação de mobiliário escolar, apresentando, em vez disso, um certificado relacionado ao consumo de madeira e carvão, o que não atendia aos requisitos do edital. Tentativas posteriores de regularização foram consideradas insuficientes e fora do prazo legal. A RGD buscou, sem sucesso, a reversão dessa desclassificação por meio de mandado de segurança, que foi indeferido pelo judiciário federal, sob o argumento de que a substituição ou apresentação de novos documentos após o prazo estipulado pela licitação não era permitida, conforme o artigo 64 da Lei 14.133/2021 e a IN 73/2022, art. 39.

15. Além disso, a decisão judicial ressaltou que a regularidade de documentação deve ser compatível com a atividade específica exigida no edital e que o controle judicial limita-se à verificação da legalidade dos procedimentos administrativos, não cabendo ao Judiciário substituir a Administração na análise do mérito administrativo.

16. Ademais, foi solicitado o provimento do recurso para manter a desclassificação da RGD e a validação da proposta apresentada pelo Consórcio Tecno2000, que demonstrou conformidade técnica, econômica e jurídica com os requisitos do edital, além de ofertar um preço competitivo. A decisão reforça o compromisso com a legalidade e a transparência no processo licitatório, protegendo o interesse público e a qualidade do serviço oferecido.

17. Dessa forma, foi solicitado pelo Consórcio Movesco/Forma/Plaxmetal o indeferimento do recurso administrativo, mantendo sua habilitação e o prosseguimento do certame, em conformidade com os princípios legais que regem a licitação, como a legalidade, razoabilidade e celeridade. A Movesco enfatiza que a documentação exigida é válida para todo o processo licitatório e que qualquer inconsistência desclassifica o proponente em todos os lotes do certame. Além disso, a tentativa da RGD de reverter essa decisão judicialmente foi infrutífera, com o indeferimento do mandado de segurança impetrado pela empresa.

18. O Parecer Técnico (SEI nº [4301579](#)), que culminou na Decisão do Pregoeiro que ora se ataca, está vinculado ao Pregão nº 90010/2024, tendo por objeto: "O objeto da presente licitação é o Registro de Preço Nacional para futura e eventual aquisição de mobiliários escolares, por parte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos".

19. A bom tempo, translada-se a decisão judicial, que se faz pertinente adentrar, muito embora a empresa RGD tenha desistido do mandado de segurança (uma vez que a argumentação do recurso administrativo apresentado é cópia integral do que foi argumentado em sede do *mandamus*):

Processo: 1061811-21.2024.4.01.3400.

DECISÃO

RGD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA , ingressou com o presente mandado de segurança contra ato do Pregoeiro da Coordenação Geral de Articulações e Contratos – CGARC do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE objetivando provimento jurisdicional para que seja determinada a suspensão provisória do procedimento, a partir da desclassificação da Impetrante, apenas em relação aos Lotes 03, 06 e 08 e todos os atos posteriores porventura já praticados, até o julgamento do mérito do presente Mandado de Segurança.

Alega, em síntese, que em 13.06.2024, o FNDE deu início à sessão pública do Pregão Eletrônico destinado ao Registro de Preço Nacional para a futura e eventual aquisição de mobiliários escolares, por parte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Conforme consta no sistema eletrônico que a licitação está sendo realizada, a Impetrante ofertou o menor preço nos GRUPOS/LOTES 3, 6 e 8, sendo convocada para envio de documentos acessórios ao aceite de sua proposta comercial, no que prestou pronto atendimento. Apesar disso, em 17.06.2024 a Impetrante foi surpreendida com sua desclassificação pelo Pregoeiro – autoridade coatora, por suposto desatendimento ao item 7.15 do Edital. A decisão da autoridade coatora tomou como base o Parecer da Área Técnica 8 que dispôs, de forma genérica, que a empresa não teria atendido aos requisitos do Grupo, especificadamente “METÁLICA”. Após a desclassificação da Impetrante, foram convocadas para a análise de proposta e protótipos a empresa TECNO2000 para o Grupo 3 do Pregão; a empresa INCOMEL para o Grupo 6 da licitação; e a empresa DELTA para o Grupo 8 do certame, fase atual do processo.

Instruiu inicial com documentos.

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

A parte impetrante deseja que este Juízo, suspenda os efeitos dos Lotes 03, 06 e 08 do Pregão Eletrônico n. 90010/2024, UASG: 153173 - Processo Administrativo nº 23034.009636/2023-20 01/ANA/2022 do FNDE.

É necessário sublinhar que, a despeito de ser inegável a possibilidade de o ato administrativo vir a ser sindicado pelo Poder Judiciário, este controle não é amplo e ilimitado. Deve ser contido para não esvaziar a competência originária de outro órgão técnico.

Não é por outra razão que o STF destacou que:

[...] o controle somente se justifica nas hipóteses de (i) inobservância do devido processo legal; (ii) exorbitância das competências [...]; e (iii) injuridicidade ou manifesta irrazoabilidade do ato impugnado. (MS 34490, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 27/11/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-076 DIVULG 11-04-2019 PUBLIC 12-04-2019)

Portanto, a despeito de ser possível e devido o controle do ato administrativo, tal controle deve ser exercido com moderação e em observância aos requisitos de

validade do ato, nos termos do entendimento jurisprudencial firmado pelo STF no precedente acima referido.

É desse modo que passo ao exame do mérito stricto sensu, de logo reconhecendo que a autoridade impetrada possui competência para a prática do ato e, na situação, não se invocou qualquer mácula ao devido processo.

No presente caso, a parte impetrante foi desclassificada por não atender todos os requisitos do grupo (metálica) – Grupos 3,6 e 8, em desatendimento ao item 7.15 do Edital, que transcrevo abaixo:

7. DA FASE DE JULGAMENTO

(...)

7.15 - Conforme disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e normas supervenientes.

7.151. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.

Quanto ao seu conteúdo, também não verifico qualquer incorreção que mereça a corrigenda deste Juízo. Observa-se ainda que no dia 13/06/2024, marco de início da sessão pública do Pregão Eletrônico, o Certificado de Regularidade (CR), registro nº 5067630, data da consulta 07/06/2024, CR emitido em 07/06/2024, CR válido até 07/09/2024 possui no Cadastro Técnico Federal de Atividade Potencialmente Poluidoras e Utilizadores de Recurso Ambientais CTF/APP apenas um código, a saber: 21-48, descrição: Consumo Industrial de madeira, de lenha e de carvão vegetal – Lei nº 12.651/2012, art. 34, conforme se observa no documento de (id 214150328).

Observa, ainda, que a parte impetrante juntou aos autos a referida Certidão atualizada (data de consulta 17/06/2024, CR emitido em: 17/06/2024, CR válido até: 17/09/2024). Nessa “nova” Certidão aparecem, no Cadastro Técnico Federal de Atividade Potencialmente Poluidoras e Utilizadores de Recurso Ambientais CTF/APP, dois “novos” códigos, a saber: 3-10, descrição: Fabricação de artefatos de ferro, aço e de metais não ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia e código: 7-4, descrição: Fabricação de estruturas de madeira e de móveis, além do já citado código 21-48.

Sobre a assunto, destaco que a própria parte impetrante atesta que, no procedimento da análise de documentação do Edital do Pregão nº 90010/2024, constava como documento da primeira certidão descrita acima. Entretanto aduz que “a autoridade coatora desclassificou a Impetrante, quando poderia (DEVERIA) ter engendrado simples diligência, oportunidade em que comprovaria que o cadastro da empresa está atualizado e condizente com a exigência que ela mesma “concebeu” à margem do que já estava previsto no Edital. Caso tivesse agido conforme os ditames acima indicados, a autoridade coatora verificaria que o certificado da Impetrante foi atualizado no sistema na mesma data da sessão pública, em 17/06/2024”.

De acordo com a Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, fica vedada a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

Tais dispositivos apresentam o rol da exceção apresentada em sede de diligência, vejamos:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Pois bem, destaca-se que a certidão atualizada fora emitida em 17/06/2024 às 15:54:42 (conforme se observa no final do doc. Id 214153042). Por outro lado a análise de documentação foi verificada e assinada em 17/06/2024, às 12:01.

Sendo assim, nesse momento de cognição sumária, tem-se não há que se falar em formalismo exacerbado, uma vez que a própria lei, aplicada ao caso, impede que o documento seja substituído, também, importante destacar que não se trata de uma mera atualização. Verifica-se que com a adição de novos código, entende-se que se trata de uma nova certidão, portanto documento novo.

Logo, nenhuma ilegalidade ou abuso de poder se verifica no agir administrativo. Ademais, o controle judicial restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível nenhuma incursão no mérito administrativo, de modo que não cabe ao Judiciário substituir a Administração no caso.

Pelo exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Notifique-se a Autoridade indicada na inicial para que preste informações no decêndio legal, nos termos do art. 7º, inciso I da Lei nº 12.016/09.

Dê-se ciência do feito ao órgão de representação da pessoa jurídica interessada, encaminhando-lhe cópia da inicial para que, querendo, ingresse no feito conforme art. 7º, inciso II da Lei nº 12.016/09.

Deixo de encaminhar a MPF, porquanto o objeto da ação não se insere nas hipóteses do art. 178 do CPC.

Em seguida, voltem conclusos para julgamento.

Datada e Assinada Eletronicamente.

20. De forma muito acertada, o magistrado federal apontou os pontos que motivaram tanto a área técnica quanto o Pregoeiro, no sentido de: a) não conceder diligência a certidão que comprova regularidade ou não da empresa; b) inabilitar a empresa, em função de a comprovação não condizer com o objeto a ser licitado, a saber, mobiliários escolares.

21. Inicialmente, como se pode apreender, a CFT/APP IBAMA (Cadastros Técnicos Federais e Certificado de Regularidade do IBAMA) é documento que sequer surgiu de vontade da gestão do FNDE; foi documento que passou a ser requerido a partir do Guia de Contratações Sustentáveis, espécie de Manual e Guia elaborado pela AGU, com apoio técnico da CGU, em sua mais recente versão (SEI nº [4301154](#)), público e acessível ([Guia de Contratações Sustentáveis](#)).

22. Ademais, a iniciativa do Guia foi convalidada pelo Tribunal de Contas da União, como se demonstra da introdução do Guia:

Por sua vez, o Tribunal de Contas da União manifestou-se no sentido de que o Guia “tem como objetivo oferecer segurança aos gestores públicos na implementação de práticas socioambientais”(Acórdão nº 1056/2017 - Plenário).

Em outra oportunidade, a Corte de Contas entendeu pela licitude de cláusulas editalícias relativas à habilitação e à certificação dos licitantes, desenhadas com base em recomendações constantes do Guia, admitindo sua reprodução para certames futuros (Acórdão nº 2661/2017-Plenário).

23. E, nesse sentido, assim recomendou o Guia:

13. A IMPORTÂNCIA DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DO IBAMA

O QUE É E PARA QUE SERVE

O Cadastro Técnico Federal do Ibama (CTF-Ibama) é um grande banco de dados para registro de pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades que demandam interesse de controle e fiscalização pelo Ibama, órgão ambiental encarregado dessa missão, pela Lei nº 6.938, de 1981, que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente. Ou seja, é um instrumento utilizado pelo Ibama para controle e fiscalização de atividades que possam de alguma forma afetar o meio ambiente. É o controle ambiental sobre as etapas da cadeia produtiva, que vai desde a extração e mineração, passando pela indústria, e vai até a importação, o transporte, o armazenamento e a comercialização de diversos produtos e serviços, sem perder de vista a o necessário tratamento e destinação de resíduos, efluentes e descontaminação. É também por meio do CTF-Ibama que se faz o controle e fiscalização da exploração econômica da fauna e da flora, bem como grandes obras de infraestrutura. Essa é a importância do CTF-Ibama.

Existem dois tipos de Cadastro Técnico Federal:

[...]

b) As pessoas físicas e jurídicas que, em âmbito nacional, desenvolvem as atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, são obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

A **FORMALIZAÇÃO DO REGISTRO** se dá mediante a emissão do Comprovante de Registro, contendo o número do cadastro, o CPF ou CNPJ, o nome ou a razão social, o porte e as atividades declaradas.

A **COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE DO REGISTRO** se dá mediante a emissão do Certificado de Regularidade, com validade de três meses, contendo o número do cadastro, o CPF ou CNPJ, o nome ou razão social, as atividades declaradas que estão ativas, a data de emissão, a data de validade e chave de identificação eletrônica.

A inscrição no Cadastro Técnico Federal **NÃO DESOBRIGA** as pessoas físicas ou jurídicas de obter as licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos obrigatórios dos órgãos federais, estaduais ou municipais para o exercício de suas atividades.

[...]

CADASTRO TÉCNICO FEDERAL

ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS

Já em relação ao CTF/APP, é importante destacar:

O CTF/APP identifica as pessoas físicas e jurídicas sob controle ambiental e fiscalização ambiental, conforme previsto em legislação federal ou de âmbito nacional, gerando informações para a gestão ambiental no Brasil.

As pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividades sob controle ambiental têm obrigação de se inscrever no CTF/APP conforme Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021.

O Ibama recomenda que os gestores de licitações públicas consultem detidamente as Fichas Técnicas de Enquadramento (FTEs) no CTF/APP, disponíveis no site, antes de exigir a inscrição do fornecedor nesse Cadastro. Elas são um guia juridicamente seguro para identificação correta da atividade a ser declarada no formulário de inscrição do CTF/APP. Maiores informações técnicas sobre o CTF/APP, orientações para o passo a passo do enquadramento, as classificações das fichas técnicas por categorias e temas, bem como a listagem de todas as fichas técnicas encontram-se no site do IBAMA e indicamos sua consulta:

<https://www.gov.br/ibama/pt-br/servicos/cadastros>

[...]

O PARECER Nº 26/2016/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo Consultor-Geral da União (DESPACHO n. 00212/2017/GAB/CGU/AGU), uniformizou entendimento no âmbito da AGU no sentido da legalidade e obrigatoriedade de exigência do CTF-Ibama:

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO AMBIENTAL. DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS. EXIGÊNCIA DE CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DO IBAMA. EXIGÊNCIA DE INSCRIÇÃO E REGULARIDADE. DESTINATÁRIOS. FABRICANTES E FORNECEDORES.

1. A dimensão objetiva do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto na Constituição Federal (art. 225, caput) e em tratados internacionais, bem como a natureza propter rem das relações jurídico-ambientais atinentes à transferência de titularidade de coisas, permitem concluir que a Administração tem o dever constitucional de exigir os critérios de sustentabilidade socioambiental nas contratações públicas, entre eles o registro no Cadastro Técnico Federal, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade, nos termos da Lei nº 6.938/81 e da Instrução Normativa nº 6/2013, do IBAMA.

2. Os critérios e práticas de sustentabilidade podem ser exigidos como critério de aceitabilidade da proposta (v.g. especificação técnica do objeto, obrigação contratual) ou enquanto requisito de habilitação, a depender da situação jurídica. Nesta última hipótese, com espeque na Lei nº 8.666/93, devem contar com previsão normativa em leis esparsas, consoante os arts. 30, IV, e 28, V, constatada a ligação com o objeto contratado e, ainda, observar os princípios da isonomia, proporcionalidade e competitividade;

3. Nessa ordem de ideias, é constitucionalmente adequado exigir dos licitantes que apresentem a comprovação da inscrição e da regularidade dos fabricantes junto ao CTF do IBAMA, observados os atos normativos que impõem o cadastro no referido banco de dados, com todas as consequências correspondentes.

4. O Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP é relevante instrumento acerca da matéria, apto a orientar o público acerca da exigência de inscrição e regularidade no CTF do IBAMA, especialmente acerca do seu enquadramento como

critério de aceitabilidade de proposta ou, em outro viés, enquanto requisito de habilitação.

5. Os argumentos contrários a exigências dessa natureza em face não só de fabricantes, mas igualmente dos licitantes, devem ser submetidos ao crivo do princípio da proibição do retrocesso ambiental, à luz do caso concreto, porquanto a mitigação da proteção ambiental induz presunção de inconstitucionalidade, salvante as justificativas técnicas e jurídicas que se coadunem com os discursos constitucional e internacional, observado o postulado normativo da proporcionalidade e, eventualmente, a concordância prática.

24. Como se pode observar, o requisito de certificação CFT/APP IBAMA é documento o mais simples possível, a fim de demonstrar que existe de forma mínima um cuidado no descarte de resíduos, obviamente com um rol de codificações que possam estar vinculadas ao objeto da licitação.

25. A empresa, ciente de todas as condições do edital e dos documentos em anexo, ainda assim apresentou uma certificação que se traduzia em código 21, que sequer traz referência própria aos elementos de madeira, mas com a descrição 48, a saber: "consumo industrial de madeira, de lenha e de carvão vegetal - Lei nº 12.651/2012, art. 34". Em consulta ao dispositivo da Lei mencionada, tem-se:

Art. 34. As empresas industriais que utilizam grande quantidade de matéria-prima florestal são obrigadas a elaborar e implementar Plano de Suprimento Sustentável - PSS, a ser submetido à aprovação do órgão competente do Sisnama.

§ 1º O PSS assegurará produção equivalente ao consumo de matéria-prima florestal pela atividade industrial.

§ 2º O PSS incluirá, no mínimo:

I - programação de suprimento de matéria-prima florestal

II - indicação das áreas de origem da matéria-prima florestal georreferenciadas;

III - cópia do contrato entre os particulares envolvidos, quando o PSS incluir suprimento de matéria-prima florestal oriunda de terras pertencentes a terceiros.

§ 3º Admite-se o suprimento mediante matéria-prima em oferta no mercado:

I - na fase inicial de instalação da atividade industrial, nas condições e durante o período, não superior a 10 (dez) anos, previstos no PSS, ressalvados os contratos de suprimento mencionados no inciso III do § 2º ;

II - no caso de aquisição de produtos provenientes do plantio de florestas exóticas, licenciadas por órgão competente do Sisnama, o suprimento será comprovado posteriormente mediante relatório anual em que conste a localização da floresta e as quantidades produzidas.

§ 4º O PSS de empresas siderúrgicas, metalúrgicas ou outras que consumam grandes quantidades de carvão vegetal ou lenha estabelecerá a utilização exclusiva de matéria-prima oriunda de florestas plantadas ou de PMFS e será parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento.

§ 5º Serão estabelecidos, em ato do Chefe do Poder Executivo, os parâmetros de utilização de matéria-prima florestal para fins de enquadramento das empresas industriais no disposto no caput.

26. Como há de se convir, não se trata sequer do descarte de material madeireiro processado, que vem a ser o elemento de madeira do presente edital: componentes em MDF e MDP; trata-se o código 21-48 de empresas que de fato consomem madeira em sua matéria-prima florestal, e o descarte de tais resíduos é que fazem conjunção com o elemento da Lei nº 12.651/2012, não propriamente em uma relação biunívoca ao objeto do presente edital.

27. Ademais, não apresentava de forma antecedente o registro sobre a fabricação e estrutura de madeira e de móveis, tampouco a de artefatos de ferro, que são os principais elementos que resultam em impacto de descarte na produção de móveis escolares, como é o caso do presente edital.

28. Não há elemento genérico algum em subsumir, com a lógica mais rasteira possível, que objetos metálicos devam ter códigos de descarte sustentável que apresentem de forma expressa os dizeres com termos "em metais", "metálicos"; ou outros tantos que permitam na língua pátria traduzir, em interpretação simples, apenas um fato: se a empresa descarta ou não metais conforme a legislação ambiental.

29. Nada obstante, a CFT sequer é documento que consagra fase de habilitação do certame; é documento que caminha com a proposta ajustada, a saber, antes da análise de qualidade e, dessa feita, conforme o Edital e a Portaria nº 341, de 19/6/2023, que institui a Central de Compras Públicas para a Educação no âmbito do FNDE (SEI nº [4301622](#)), a análise de tal documentação está topograficamente na fase de julgamento da melhor proposta; vale lembrar que nos próprios termos do edital do Pregão Eletrônico 90010/2024, a fase de julgamento não se encerra somente com o lance financeiramente mais aprazível: há de se ter consciência se a empresa pode ou não dispor de elementos de qualidade e apresentar documentos tantos que demonstrem a exequibilidade da proposta.

30. Portanto, nunca haveria de se falar em direito líquido e certo para uma fase licitatória que sequer foi encerrada (ainda mais uma fase de julgamento); aliás, dado o rol extensivo da documentação a ser apresentada, com certificações de OCPs e Laboratórios, inclusive por institutos de metrologia vinculados ao INMETRO, a licitação não se resolveria em negócio jurídico tão simplista, como quer fazer crer a banca de advogados no seu recurso administrativo (vide o rol documental para atendimento de especificações e *checklists* constantes dos Cadernos de Informações Técnicas - CIT e Controle de Qualidade - CQ - SEI nº [4301700](#)).

31. Para além de todas as alegações, importante notar que, ciente da impossibilidade de atacar a presente decisão junto ao Tribunal de Contas da União, como se esgotadas todas as possibilidades administrativas, caminha a empresa RGD por adentrar a esfera judicial, sabidamente por que a Corte de Contas da União rechaça lógica tão estapafúrdia, qual seja a de que a mera apresentação de "Certidão de Regularidade" não deva estar vinculada com a capacidade lógica de se extrair de tal certidão se a entidade está ou não regular. Seria o mesmo que argumentar que a apresentação de

"Certidão de Antecedentes Criminais" seria suficiente para o exercício de atividade policial, mesmo que nela contenha dizeres do indivíduo na prática de crime de tráfico de entorpecentes. Mais uma vez, a banca tenta provocar certa dissonância cognitiva com fatos e linhas racionais as mais simples possíveis.

32. Em outro ponto, a banca de advogados traz alegação que tal item não estaria vinculado ao edital, quando é bem claro que se encontra topograficamente no item 7.15, inclusive remetendo ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU/CGU:

7.15. Conforme disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e normas supervenientes.

33. Por óbvio, a regularidade está mais que vinculada aos elementos de mobiliários, e não a qualquer elemento de âmbito de reflorestamento.

34. Ainda alega a tantas que aguardar o trâmite recursal traria inúmeros prejuízos ao procedimento licitatório. Ora, o que de fato há de atrasar é a irregularidade tencionando se tornar regular em um processo que foi extremamente auditado, quer pela Procuradoria Federal junto ao FNDE, quer pela Auditoria Interna do FNDE, órgãos vinculados respectivamente à AGU e à CGU, em últimas instâncias.

35. Por fim, ainda que a certidão pudesse tão facilmente ser modificada, com a inclusão de outros tipos de descarte, como se alega na peça mandamental da banca de advogados, não excluiria da apreciação da Administração Pública analisar todos os documentos que comprovem tais fatos, uma vez que se a certidão é tão facilmente passível de alteração, a documentação que subjaz aos critérios certificadores devem assim acompanhar em envio da proposta. Não é o que se aparenta ser. A volta no tempo, após decisão desfavorável da Administração Pública, lastreada em cláusula do edital, não deve ser tida como algo realizável, sob pena de prejudicar a proposta que melhor atenda ao poder público, não do elemento mais barato, mas sim daquele que carrega o melhor preço com a máxima qualidade para a sociedade, seja aos discentes, seja ao meio ambiente.

36. Não menos importante, ressalte-se que antevendo possível derrota e perfazimento de coisa julgada junto ao TRF-1, retirou a empresa RGD o Mandado de Segurança, conquanto tinha as mesmas argumentações e conclusões e aprovisionamentos juridicamente equivocados.

[...]"

Datada e Assinada Eletronicamente.

Assim, em que pese a RECORRENTE alegar a generalidade do edital, faz-se oportuno destacar que a previsão resta explícita topograficamente no item 7.15, inclusive remetendo ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU/CGU, estando, por óbvio, a regularidade do produto mais vinculada aos elementos de mobiliários, objeto do certame em tela.

Conforme citado anteriormente a RECORRENTE quando da apresentação dos documentos relativos à proposta, apresentou uma certificação que não trazia consonância com os elementos próprios relacionados aos mobiliários escolares, a saber: "consumo industrial de madeira, de lenha e de carvão vegetal".

Assim, não há que se falar em adoção de critérios não previstos, não merecendo prosperar também a tese de desrespeito aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório.

V – DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, considero improcedente o pedido para que seja reformada a decisão que declarou a desclassificação da recorrente dos Lotes/Grupos 3 e 9.

VI - DA DECISÃO

Isto posto, não havendo mais nada a considerar e respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, CONHEÇO do RECURSO apresentado para, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

04/09/2024